

PARCERIA PÚBLICO PRIVADA NA GESTÃO EDUCACIONAL: PADRONIZAÇÃO E DESAFIOS

Maria Juliana Chaves de Sousa
Universidade de São Paulo/ USP
mariajulianachaves@usp.br

Introdução

O presente estudo é excerto de pesquisa maior vinculada ao curso de doutorado em Educação da Universidade de São Paulo/ USP. O foco da proposta em tela é analisar a relação entre os setores público e privado inserida num contexto de administração baseada nos princípios da Nova Gestão Pública – NGP, com destaque para a Plataforma Conviva Educação direcionada aos sistemas municipais de ensino do Brasil. Esta plataforma, criada em 2013 pela União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – Undime e com apoio de instituições privadas presta orientação administrativa às Secretarias Municipais de Educação com o propósito de melhoria dos sistemas de ensino com ênfase no alcance de resultados. Considerando o recorte aqui delimitado, toma-se como percurso metodológico a pesquisa documental com base em publicações disponibilizadas no sítio eletrônico da Plataforma, e a discussão teórica realizar-se-á à luz dos estudos de Verger e Normand(2015) e Avelar(2019). Como objetivo geral, pretende-se analisar as nuances da parceria público privada proposta pela Plataforma Conviva Educação junto aos sistemas de ensino do país. E como objetivos específicos busca-se: discutir as relações entre os princípios da NGP e da Plataforma Conviva para as redes municipais de educação; compreender o sentido de qualidade educacional para os municípios geridos conforme as orientações do Conviva.

Uma breve análise dos delineamentos das políticas públicas nas últimas décadas demonstram o quanto o Estado aliado às forças econômicas redefiniu o seu papel na oferta de serviços públicos. Sob o argumento de que não possui capacidade suficiente para administrar os serviços públicos, o Estado reformulou a sua ação com prioridade corte de gastos, ajustes fiscais, e adoção de políticas públicas com nuances de maior regulação, redução do provimento e alianças com instituições privadas. Tais medidas características da NGP, no campo educacional refletem a ênfase na eficiência e na eficácia da área

empresarial para a oferta, a execução e o financiamento dos serviços públicos, fortalecendo com princípios reguladores, gerencialistas, mercantilistas, pautados no alcance de resultados. A gestão educacional vem sofrendo profundas transformações em seus sistemas de ensino através do entendimento acerca da qualidade da educação ser aferida via avaliações externa, concomitante os efeitos de responsabilização, do planejamento dos currículos segundo a BNCC, da reforma do Ensino Médio, da proliferação das plataformas digitais, entre outros.

Trata-se de um campo amplo de investigação, mas já apresenta resultados voltados para o enfraquecimento da autonomia administrativa, o fortalecimento dos princípios gerencialistas condutores das ações administrativas e pedagógicas das redes municipais de ensino com prioridade ao alcance da qualidade educacional baseada em avaliações externas.

Desenvolvimento

Partindo da crise do *Welfare State* ocorrida principalmente a partir dos anos 70, os últimos anos foram marcados com ações orquestradas pela aliança entre agentes de governos e de mercado com a adoção dos princípios da NGP na administração pública. Verger e Normand (2015) ressaltam como fios condutores destes princípios o controle de resultados e as medidas de desempenho permeadas pela padronização, competição, e disciplina do uso dos recursos financeiros, norteando as ações da gestão. Transpondo para o campo educacional, estas premissas são introduzidas principalmente por meio das avaliações externas, que servem de instrumentos para a indicação de qualidade e definição de êxito escolar, padrão curricular, autonomia, gerenciamento e financiamento.

Como visto no sítio eletrônico da Undime, o Conviva consiste numa ferramenta gratuita de gestão voltada para dirigentes (secretários) municipais de educação, equipes técnicas das secretarias e gestores escolares, contando com o apoio de empresas e instituições privadas, tais como: Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Votorantim, Fundação SM, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Unicef, Movimento Todos pela Educação (UNDIME, 2019). Estas instituições ao orientar a gestão das redes de ensino e estreitar os laços com os gestores municipais de educação, organizar dados relativos à estrutura, a oferta de serviços, às matrículas, e ao financiamento, por meio de

um sistema digitalizado e de fácil acesso, não somente amplia como torna muito mais poderosa a sua ação de controle da educação básica pública.

De fato, as equipes técnicas das Secretarias Municipais enfrentam inúmeras dificuldades para gerir seus sistemas educacionais. Os estudos de Abrucio e Segatto (2021), acerca do panorama geral das capacidades locais na gestão educacional de municípios brasileiros, apontam a presença de dificuldades desde a escolha, atravessados pela formação profissional e pedagógica dos gestores, atores indispensáveis na implementação das políticas e responsáveis pelas ações *in locus*. Os autores destacam que:

[...] a baixa autonomia das Secretarias Municipais de Educação traz inúmeros desafios para a construção de uma capacidade interna para gerenciar seus orçamentos, transferências intergovernamentais, compras e prestações de contas, bem como barreiras para a implementação das políticas definidas pelas áreas pedagógicas das próprias Secretarias (Abrucio; Segatto, 2021, p.424)

Através do canal eletrônico do Conviva no YouTube, é possível assistir inúmeros depoimentos entusiasmados de dirigentes municipais de educação acerca do apoio prestado pela referida plataforma na organização e planejamento dos sistemas municipais de ensino no Brasil inteiro, inclusive há municípios premiados devido ao seguimento fiel das orientações voltadas para a gestão dos seus sistemas educacionais. Os testemunhos dos dirigentes municipais enaltecem a rapidez no acesso às informações das suas respectivas secretarias a qualquer lugar e tempo, bem como a facilidade para elaboração de projetos, planejamento e execução das políticas públicas que contemplam desde as seções de legislação e normatização, financeiro, estruturas física e organizacional até o controle do Censo Escolar e do Saeb (CONVIVA EDUCAÇÃO, 2015).

Nesse contexto, a Undime se apresenta como instituição de apoio técnico e administrativo para a quase totalidade de municípios brasileiros. Por outro lado, Cruz e Marcassa (2020) também salientam o papel de formador da lógica público-privada da organização pautado da disseminação do consenso de tais políticas e atuação direta na formação dos atores técnicos dos municípios brasileiros, tornando-se parceria ideal para a propagação dos ideais da NGP frente aos municípios.

Trata-se de um contexto bastante complexo pois além das nuances mercadológicas, observa-se como as instituições privadas se organizam também em torno da filantropia constituindo rede parceira de planejamento e execução das políticas públicas. Nesse ponto, Avelar (2019) destaca que a complexa relação entre setores público e privado, sob emblema de auxiliar o serviço público para alcançar a meta de qualidade, atua atravessada por projeto de padronização, busca famigerada de controle por resultados, caminhando a braços largos em ações que refletem tanto nas práticas pedagógicas quanto na gestão. [...]Trabalhando por metas, essas organizações visam promover grandes impactos e mudanças sistêmicas na educação, uma gestão eficiente e um ensino padronizado e passível de avaliação em larga escala.[...] (Avelar, 2019, p.91).

Considerações Finais

Ainda que os questionamentos não estejam por ora resolutos, o material exposto nos move para uma investigação cuidadosa e crítica, pois demonstra que talvez diante das dificuldades enfrentadas, os Dirigentes das SMEs encontram na Plataforma Conviva o caminho “já organizado”, no entanto, faz-se necessário estar atento para os riscos postos frente aos princípios democráticos e principalmente, considerar quais são os fins buscados na adequação das redes de ensino conforme tais orientações. Não se deve perder de vista os resultados almejados pelo Conviva e se auxiliam de fato ou negligenciam a oferta de uma educação de qualidade para as classes populares. Ressaltando que a qualidade aqui defendida, não seja pautada somente nos índices de avaliação externa.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; SEGATTO, C. I. Capacidades Estatais Locais na Educação Brasileira: avanços, limites e desafios. In: GRIN, E. J; DEMARCO, D. J; ABRUCIO, F. L. (ORGS.). **Capacidades Estatais Municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora UFRGS/ CEGOV, 2021. Pags. 401-433.

AVELAR, M. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CASSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Pags. 73-79.

CONVIVA EDUCAÇÃO. Apresentação do Conviva Educação. YouTube. 09 nov. 2015. 01 vídeo (6:32 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xsDSQvHjG-k&t=187s>. Acesso em: 14 set. 2023.

CRUZ, D. B. S; MARCASSA, L. P. O papel da Undime no processo de afirmação da lógica de governança em redes no campo educacional brasileiro. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista/ Bahia, v. 16, n. 43, p. 596-617, Edição Especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4663>. Acesso em: 14 set. 2023.

UNDIME. Sobre a Undime. 2019. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/sobre-a-undime>. Acesso em: 19 dez. 2024.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, 2015, p. 599-622.